



Junho 2019

Ano 30

Nº 2

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139 Lisboa,
Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Venda exclusiva por assinatura
Registo de empresa de DGCS: 213.682
Número de publicação: 113.683

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

Neste segundo trimestre confirmam-se as incertezas apresentadas na primeira parte do ano, e começam a ser sentidas as primeiras consequências práticas do desmantelamento da estrutura de ordem mundial. Os fatores de disruptão emergiram, alterando significativamente os diversos contextos e deixando a Europa com condições apenas de ajustamento estratégico. Em Portugal o facto de 2019 ser um ano de eleições legislativas poderia ser a oportunidade para um debate objetivo sobre qual é campo de possibilidades de Portugal, e sobre o que são os seus interesses estratégicos.

Neste número:

- *A alteração da Ordem Mundial*
- *Perspetiva económica*
- *Sustentabilidade e mitigação de risco nos modelos de produção*
- *Uma nova visão portuária: Portos Sustentáveis, uma nova aproximação ao desenvolvimento*

Páginas 4 a 5

Editorial

Páginas 6 a 14

O que fica

A alteração da Ordem Mundial

Começam a ser sentidas as primeiras consequências práticas do desmantelamento da estrutura de ordem mundial que tinha os Estados Unidos no seu centro e que era complementada por uma rede de alianças sólidas. Durante oito décadas, os Estados Unidos afirmaram o seu poder e sustentaram o seu desenvolvimento com uma estratégia de promoção de relações multilaterais, apoiada na construção de instituições que operavam numa escala supranacional. Este período longo foi subitamente interrompido, ou descontinuado, com a presidência de Donald Trump. Por conseguinte, a política europeia sofre as consequências da mudança estratégica dos Estados Unidos e não tem condições para se lhe opor, apenas pode ajustar-se à alteração das circunstâncias. Em Portugal o facto de 2019 ser um ano de eleições legislativas poderia ser a oportunidade para um debate objetivo sobre qual é campo de possibilidades de Portugal, e sobre o que são os seus interesses estratégicos.

Páginas 15 a 20

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

As perspetivas da evolução económica internacional enquadram-se num quadro internacional de crescente incerteza em inúmeros domínios. Os fatores de disruptão emergem, alterando significativamente os diversos contextos, e caso os seus efeitos se venham a conjugar temporalmente, encontrar-nos-emos numa situação de elevada perplexidade em que muitos cenários são possíveis, fatores de disruptão emergem e estão a conduzir a um ambiente de acrescida incerteza e de perplexidade. Um dos riscos que se conhece, mas que é difícil quantificar para a UE porque

ainda não se sabe se e quando ocorrerá, continua a ser o Brexit. Em Portugal configura-se um estado permanente e característico de incerteza e instabilidade no sistema financeiro e comercial global.

Páginas 21 a 23

Tema de Fundo

Sustentabilidade e mitigação de risco nos modelos de produção

A dependência da energia fóssil, como recurso limitado, permanece um problema com o qual o setor económico não tem em geral conseguido lidar, e que valida a orientação estratégica da necessidade de encontrar novos modelos de negócio e novos modelos de organização produtiva, orientados à sustentabilidade e à mitigação de riscos graves aos quais (como a greve de Abril demonstrou uma vez mais), as empresas nacionais estão expostas. É assim fundamental compreender que a forma insustentável como ainda utilizamos os recursos fósseis, e a sobredependência de sistemas de distribuição com elevado risco intrínseco está a contribuir para a aceleração de consequências negativas nos próprios negócios, sendo necessário que as empresas se preparem rapidamente para lidar com uma mudança de paradigma nos seus modelos de produção.

Páginas 24 a 28

Geopolítica e Prospetiva

Uma nova visão portuária: Portos Sustentáveis, uma nova aproximação ao desenvolvimento

Com o objetivo principal de incentivar a criação de portos sustentáveis, que possam responder às novas necessidades ambientais, muitas Organizações Internacionais criaram projetos baseados nos 17 ODS. Os 10 objetivos da AIVP devem ser entendidos como uma proposta de criação de uma dinâmica de transformação que oferece aos portos um leque alargado de possibilidades que permitem a cada porto desenvolver o seu projeto com uma visão própria. Nesta conceção de porto e de cidade o binómio porto-cidade desaparece, e a cidade é vista na sua unidade – o porto é uma parte que completa a cidade, ao nível económico, social, cultural e ambiental.

Editorial

No 2º trimestre de 2019 estamos a assistir a um declínio da estrutura da ordem mundial, isto é, a nova política externa dos Estados Unidos levou a uma alteração da rede de alianças internacionais que estavam instauradas desde 1945 e que foram reforçadas em 1990.

Estas alterações têm impacto tanto nos estados como nas instituições multilaterais, que têm sofrido uma perda de qualidade funcional devido a um afastamento do multilateralismo e dos seus valores políticos e económicos. Por conseguinte, estamos perante a um contexto de desordem generalizada, visto que os atores principais da ordem internacional movem-se por interesses próprios, causando instabilidade e insegurança, é como se estivéssemos a assistir ao recuo para uma ordem realista.

O projeto de substituição da ordem mundial que está a ser desmantelada aparece, assim, como um paradoxo que não resolve nenhum dos problemas que hoje existem, mas destrói condições e o acesso a recursos que são essenciais para a formulação das respostas a estes problemas.

Um exemplo claro destas dificuldades encontra-se no processo de abandono da União Europeia pelo Reino Unido, o Brexit, que devido à imprudência dos responsáveis políticos britânicos, que ocultaram as dificuldades que já eram previsíveis antes da realização do referendo, conduziu ao paradoxo de terem aberto a possibilidade da fragmentação do Reino Unido em consequência da saída da União Europeia, quando o seu objetivo expresso era o de, afirmado a soberania nacional, recuperarem o controlo sobre as suas decisões.

Quando a polarização política se sobrepõe ao debate de argumentos, será necessário esperar pela prova dos factos para se poder passar a uma nova fase. A análise e avaliação do risco estratégico terão de recorrer à identificação do que é o campo de possibilidades, observando cada contexto paradoxal em função do critério do que é possível e recusando os caminhos que conduzem à impossibilidade: se esta precaução não é suficiente para evitar a crise de grande intensidade, é, pelo menos, uma condição para sobreviver em tempos de turbulência e de perturbação.

No 2º trimestre de 2019, estamos a assistir a um declínio da estrutura da ordem mundial, isto é, a nova política externa dos Estados Unidos levou a uma alteração da rede de alianças internacionais que estavam instauradas desde 1945 e que foram reforçadas em 1990.



A potência hegemónica está ela mesmo desmantelando a

“Velha Ordem”, as instituições e as regras que a tentavam regular estão por isso em crise e está sendo criado um ambiente de crismação internacional que dificulta ou impede compromissos ou, ainda, acções concertadas.



Neste aspeto, no início do verão as perspetivas da evolução económica internacional deveriam enquadrar-se num quadro internacional de crescente incerteza em inúmeros domínios. Os fatores de disruptão emergiram, alterando significativamente os diversos contextos e caso os seus efeitos se venham a conjugar temporalmente encontrar-nos-emos numa situação de elevada perplexidade em que muitos cenários são possíveis.

“Navegar” económica e comercialmente (e também politicamente) nesta “Nova Desordem Mundial” é crescentemente difícil. De facto, a potência hegemónica está ela mesma a desmantelar a “Velha Ordem”, as instituições e as regras que a tentavam regular estão por isso em crise e está a ser criado um ambiente de crismação internacional que dificulta ou impede compromissos ou apenas ações concertadas.

Fatores de disruptão emergiram e estão a conduzir ao ambiente de acrescida incerteza e de perplexidade, como por exemplo a questão da segurança dos EUA a tornar-se um fator decisivo do dossier das negociações impedindo o relacionamento da Huawei com empresas americanas e ocidentais, sinalizando assim que considera esta a altura oportuna para a travagem e expansão tecnológicas da China, um efeito “colateral seria o “quebrar” da China.

Quanto ao quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, neste quadro internacional e europeu apresenta-se crescentemente complexo. Por esta razão, nesta variedade de contextos possíveis (que afloram apenas alguns aspetos da complexidade do enquadramento da economia e sociedade portuguesa), importa reafirmar mais uma vez que Portugal deverá tentar saber gerir as suas interdependências.

Porventura, esta tentativa pressupõe que os agentes políticos e sociais dediquem mais atenção ao acompanhamento da evolução político-económica internacional bem como à “revolução tecnológica” que acelera a mudança e torna obsoletas algumas questões que domesticamente assumem ainda relevância quando, de facto, pertencem ao Passado.

A todos, boas leituras!

A década da incerteza

A crise da estrutura de ordem mundial não enfraquece apenas as relações de aliança que se estabeleceram enquanto essa ordem vigorou, também se manifesta na perda de qualidade funcional e de autoridade das instituições multilaterais que davam um sentido concreto ao quadro de normas que constituíam a identidade dessa ordem mundial.



Começam a ser sentidas as primeiras consequências práticas (e já não apenas as previsões do que poderia acontecer com a “variável livre” que é a presidência de Donald Trump) do desmantelamento da estrutura de ordem mundial que tinha os Estados Unidos no seu centro e que era complementada por uma rede de alianças sólidas. Essas alianças eram, simultaneamente, expressão de poder conjunto desses aliados e dissuadoras de ações que pusessem em causa os seus valores e os seus interesses.

A crise da estrutura de ordem mundial não enfraquece apenas as relações de aliança que se estabeleceram enquanto essa ordem vigorou, também se manifesta na perda de qualidade funcional e de autoridade das instituições multilaterais que davam um sentido concreto ao quadro de normas que constituíam a identidade dessa ordem mundial.

Da Organização das Nações Unidas à Organização Mundial do Comércio, dos múltiplos acordos internacionais sobre a administração da justiça e a garantia dos direitos aos acordos sobre a proliferação das armas nucleares, dos acordos sobre a correção das alterações climáticas às ações diplomáticas ou militares conjuntas para prevenir ou resolver conflitos militares, dos acordos sobre movimentos migratórios até aos acordos de garantia e supervisão dos direitos de livre circulação nas rotas do comércio mundial, a perda de funcionalidade e de autoridade não pode ser corrigida por esforços internos de reorganização porque é a matriz original do multilateralismo que está a ser abandonada.

Todos estes diversos campos de ação multilateral justificaram a formação de instituições internacionais que pudessem operar nessa escala alargada e resultavam de uma necessidade funcional: era uma escala que não estava ao alcance de cada Estado isolado.

O multilateralismo não tinha por finalidade reduzir ou contrariar a soberania nacional de cada Estado, mas era a consequência inevitável da impossibilidade de cada Estado nacional atingir, por si e dispensando qualquer cooperação internacional, a escala e o volume de recursos que lhe permitisse atuar, com eficácia, nesse tipo de questões que são supranacionais.

O projeto de substituição da ordem mundial que está a ser desmantelada aparece, assim, como um paradoxo: não resolve nenhum dos problemas que hoje existem, mas destrói condições e o acesso a recursos que são essenciais para a formulação das respostas a esses mesmos problemas.



Quando o padrão de ordem mundial é abandonado porque os que nele estavam integrados deixam de respeitar as suas condições e normativos, o que se segue não é o estabelecimento de um novo equilíbrio espontâneo, mas sim um contexto de desordem generalizada.

Neste novo contexto, cada Estado ou cada organização vai testar experimentalmente até onde pode avançar na defesa dos seus interesses ou das suas conveniências, o que desencadeia reações de todos os outros para imporem limites pela força dos factos porque já não pode ser invocada a força das normas.

Assim, o que é apresentado como projeto sucessor, como novo padrão de ordem mundial, é a fragmentação dos espaços e instituições multilaterais que atualmente existem em estruturas que se poderão designar como neo-feudais, por analogia com as que resultaram do desmantelamento do império romano.

A redução da escala do campo de ação e do horizonte estratégico ao que pode ser a área de influência destes poderes nacionais soberanos implicaria uma dinâmica de regressão histórica, tanto nos processos de modernização das sociedades (que ficariam fechadas nos muros das suas fronteiras) como das condições de crescimento das economias (porque perderiam as vantagens das interdependências e da abertura dos mercados), mas também significaria a renúncia a intervir em todas as questões que ultrapassem os espaços de autoridade nacional.

Todos estes movimentos teriam consequências paradoxais do ponto de vista do exercício da soberania, na medida em que parte substancial dos problemas nacionais tem a sua origem fora do espaço nacional ou são amplificados por fatores exteriores ao espaço nacional, pelo que a soberania do Estado nacional ficaria efetivamente limitada por efeito de variáveis que o poder legitimado pelo eleitorado nacional não controla.

O projeto de substituição da ordem mundial que está a ser desmantelada aparece, assim, como um paradoxo: não resolve nenhum dos problemas que hoje existem, mas destrói condições e o acesso a recursos que são essenciais para a formulação das respostas a esses mesmos problemas.

Uma ilustração do carácter paradoxal desta proposta de troca de um padrão de ordem mundial por uma fragmentação neo-feudal baseada nos Estados nacionais encontra-se nas dificuldades que o

Não surpreende que tenha encontrado dificuldades: a União Europeia oferece uma oportunidade de escala a cada um dos seus Estados-membros que estes não podem encontrar se optarem pelo abandono



processo de abandono da União Europeia pelo Reino Unido, o Brexit, tem encontrado nas suas múltiplas tentativas de concretização.

Não surpreende que tenha encontrado dificuldades: a União Europeia oferece uma oportunidade de escala a cada um dos seus Estados-membros que estes não podem encontrar se optarem pelo abandono, pelo que este só se justifica se houver uma alternativa que ofereça idêntica oportunidade de escala (como poderia ser, para a Grã-Bretanha, uma aliança de integração negociada com os Estados Unidos, trocando então a subordinação a Bruxelas pela subordinação a Washington).

O que surpreende é que os responsáveis políticos britânicos não tenham antecipado as consequências destas dificuldades, sobretudo quando a margem de vitória no referendo que decidiu a saída da União Europeia foi muito curta (considerando a abstenção, não houve uma maioria do eleitorado que fundamentalmente esta escolha) e quando a configuração do Reino Unido tem dois membros, a Escócia e a Irlanda, que não apoiam essa escolha de saída da União Europeia.

A imprudência dos responsáveis políticos britânicos, que ocultaram as dificuldades que já eram previsíveis antes da realização do referendo, conduziu ao paradoxo de terem aberto a possibilidade da fragmentação do Reino Unido em consequência da saída da União Europeia, quando o seu objetivo expresso era o de, afirmado a soberania nacional, recuperarem o controlo sobre as suas decisões.

Os paradoxos a que conduz este abandono do padrão de ordem mundial estabelecido e a tentativa da sua substituição por um outro, que seria estruturado em função das condições e das soberanias nacionais do passado, revelam que não será pelos argumentos do debate político que se conseguirá corrigir esta evolução para uma crise de grande intensidade.

Quando a polarização política se sobrepõe ao debate de argumentos, será necessário esperar pela prova dos factos para se poder passar a uma nova fase.

Até se atingir esse ponto de clarificação, a análise e avaliação do risco estratégico terá de recorrer à identificação do que é o campo de possibilidades, observando cada contexto paradoxal em função do critério do que é possível e recusando os caminhos que

conduzem à impossibilidade: se esta precaução não é suficiente para evitar a crise de grande intensidade, é, pelo menos, uma condição para sobreviver em tempos de turbulência e de perturbação.

ESTADOS UNIDOS: A RENÚNCIA À FUNÇÃO DE PODER HEGEMÓNICO

Durante oito décadas, os Estados Unidos afirmaram o seu poder e sustentaram o seu desenvolvimento com uma estratégia de promoção de relações multilaterais, apoiada na construção de instituições que operavam numa escala supranacional. Este foi o modo que lhes permitiu ocupar e exercer a função de poder hegémónico nessa ordem mundial, que influenciou e condicionou as estratégias de todos os outros.



Durante oito décadas, os Estados Unidos afirmaram o seu poder e sustentaram o seu desenvolvimento com uma estratégia de promoção de relações multilaterais, apoiada na construção de instituições que operavam numa escala supranacional.

Este foi o modo que lhes permitiu ocupar e exercer a função de poder hegémónico nessa ordem mundial, que influenciou e condicionou as estratégias de todos os outros, que tinham de se adaptar e de respeitar o quadro normativo que assim se foi estabelecendo com a coordenação dos Estados Unidos, respondendo a diversos episódios de desequilíbrios e de crises e adaptando-se às sucessivas mudanças de circunstâncias.

Este período longo foi subitamente interrompido, ou descontinuado, com a presidência de Donald Trump.

No entanto, não é razoável atribuir a um só protagonista o poder de provocar uma descontinuidade numa tendência longa sem lhe associar uma outra tendência longa, neste caso a linha política do conservadorismo norte-americano que sempre existiu no Partido Republicano (uma corrente política que remonta ao sétimo presidente dos Estados Unidos, Andrew Jackson, eleito em 1828 para dois mandatos, populista designado como “presidente do povo” e denunciando o domínio das elites, isolacionista na política externa e racista na política interna, e que tem hoje o seu retrato na Casa Branca por decisão de Donald Trump).

No entanto, aquela linha política foi sempre mantida numa posição subordinada pela corrente liberal, elitista e internacionalista que foi dominante no Partido Republicano desde que os Estados Unidos, depois de Franklin Roosevelt e da Segunda Guerra Mundial, atingiram o estatuto e assumiram a responsabilidade de serem o poder hegémónico no mundo.

O efeito de descontinuidade provocado por Trump foi súbito, mas não é surpreendente, porque sempre existiu uma corrente na política americana que considerava a evolução dos direitos civis como opressiva da liberdade dos outros, que rejeitava os

O efeito de descontinuidade provocado por Trump foi súbito, mas não é surpreendente, porque sempre existiu uma corrente na política americana que considerava a evolução dos direitos civis como opressiva da liberdade dos outros, que rejeitava os movimentos de libertação.



movimentos de libertação da mulher como um ataque à sociedade patriarcal e que considerava o multilateralismo e as instituições internacionais como limitações à soberania nacional.

O efeito de Trump consistiu em colocar no primeiro plano o que antes estava oculto: ele provoca uma descontinuidade na ordem mundial, mas esse é o resultado de ter escolhido reforçar uma continuidade de tendências profundas da política americana quando concluiu que essa ordem mundial já não favorece os interesses americanos porque permitiu a afirmação de potências que lhe disputam a supremacia.

Em grande medida, eram as responsabilidades internacionais dos Estados Unidos que mantinham oculta esta tendência longa do conservadorismo político, mas a sua passagem para o primeiro plano dos confrontos políticos na América, dos nacionalistas contra os globalistas, também implicava que os Estados Unidos tivessem de abandonar a ordem mundial que criaram e garantiam. É uma decisão súbita (ainda só passou metade do mandato de Donald Trump), mas não é uma decisão inexplicável ou que justifique surpresa.

Ao abrir na Florida, em 18 de Junho, a sua campanha para um segundo mandato, Trump retoma as suas linhas programáticas centrais: o nacionalismo contra o multilateralismo, o combate à imigração, a defesa da utilização de tarifas alfandegárias contra a liberdade de comércio, o ataque à União Europeia e à China porque têm políticas comerciais que prejudicam os interesses americanos, a difusão de notícias falsas para descredibilizar a informação quando desaparece a distinção entre a verdade e a mentira, a defesa da família patriarcal contra os direitos das minorias sexuais, o ataque às elites dos dois partidos que se aliaram contra os interesses populares e que usaram as instituições de investigação e segurança como o FBI e a CIA para organizarem uma conspiração contra o presidente eleito, a afirmação de uma polarização política radicalizada considerando que os seus opositores democratas estão “motivados pelo ódio, pelo preconceito, pela raiva”.

Ou seja, mais do mesmo, mas com mais intensidade e maior potencial de destruição.

UNIÃO EUROPEIA: A FRAGMENTAÇÃO DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS

A União Europeia é a vítima central do desmantelamento do padrão de ordem mundial em que os Estados Unidos ocupavam a posição de poder hegemónico pela simples razão de que, pelos seus valores e pelo seu modo de formação, a União Europeia correspondia a um programa estratégico promovido pelos Estados Unidos dentro das condições e das normas desse padrão de ordem mundial.

Quando o novo poder americano abandona esses valores e esses objetivos, os poderes nacionais europeus não têm dimensão para se opor à nova estratégia americana e as instituições da União Europeia não têm autonomia, autoridade e recursos económicos ou militares para constituírem um centro de poder próprio e alternativo.

Nestas circunstâncias, política europeia sofre as consequências da mudança estratégica dos Estados Unidos e não tem condições para se lhe opor, apenas pode ajustar-se à alteração das circunstâncias – e reformular o projeto da integração europeia, no sentido da consolidação supranacional ou no sentido da fragmentação nacionalista, em função do que é a nova realidade efetiva das coisas.

As eleições europeias de Maio de 2019 já foram disputadas neste novo contexto, mas os debates de campanha eleitoral ainda não integraram os novos dados do campo estratégico, não refletiram sobre as consequências da nova política americana para o futuro da União Europeia.

Em todos os sistemas partidários europeus, a perspetiva nacional foi mais relevante do que a perspetiva europeia, na sequência do que tinha sido iniciado nas eleições de 2014, quando novos partidos e novas clivagens políticas se confrontaram com os partidos tradicionalmente dominantes na construção europeia e colocaram no primeiro plano a separação entre integraçãoistas e nacionalistas.

A questão central que se colocava nestas eleições consistia em verificar até que ponto as forças do nacional-populismo iriam suplantar eleitoralmente as forças defensoras da continuidade do projeto de integração, sobretudo quando teria de se considerar o efeito das pressões políticas americanas de apoio aos novos

A evolução crítica do sistema mundial é muito desfavorável para um país que, como Portugal, precisa da dimensão externa e de mercados livres para poder compensar a exiguidade do seu mercado nacional e para poder superar a sua vulnerabilidade demográfica com uma população em regressão e em envelhecimento.



nacionalismos na Europa. Pela primeira vez, os partidos de centro-direita e de centro-esquerda (EPP: European People's Party) e (S&D: Socialists & Democrats) não têm maioria no Parlamento Europeu, mas o conjunto dos partidos europeístas (onde se incluem o ALDE: Alliance of Liberals and Democrats of Europe e os Verdes) atingem os 70%, enquanto os nacionalistas (de direita, de esquerda e independentes) ficam pelos 30%. Ainda haverá que considerar a distribuição dos 73 eleitos pela Grã-Bretanha, no caso de se consumar o Brexit (com os deputados britânicos divididos entre 52% europeístas e 48% nacionalistas).

Em termos numéricos, as eleições europeias de 2019 são uma continuidade do que foi iniciado com as eleições de 2014, quando ganharam relevância as forças nacionalistas, que depois se difundiram por vários sistemas partidários nacionais, mas não obtiveram os resultados esperados.

Em termos políticos, porém, estas eleições revelam a fragmentação dos partidos tradicionais, aqueles que foram alicerces da construção europeia, e se a divisão entre europeístas e nacionalistas é favorável aos primeiros isso deve-se a uma agregação de posições a que não corresponde uma unidade de comando estratégico.

Por isso, a vitalidade do projeto europeu exige que as próximas eleições europeias tenham de ser eleições sobre a Europa e não, como têm sido, eleições sobre temas nacionais que apenas aproveitam o pretexto de haver eleições europeias. E também aqui a clarificação das intenções dos Estados Unidos obrigará a fazer o debate sobre a Europa: as eleições europeias de 2024 já não serão a repetição das eleições de 2019, como estas foram, em grande medida, a repetição das eleições de 2014.

PORTRUGAL: A ESTAGNAÇÃO DOS FATORES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO

A evolução crítica do sistema mundial, em processo de desmantelamento da sua estrutura de ordem, é muito desfavorável para um país que, como Portugal, precisa da dimensão externa e de mercados livres para poder compensar a exiguidade do seu mercado nacional e para poder superar a sua vulnerabilidade demográfica com uma população em regressão e em envelhecimento.

Há duas décadas que Portugal não cresce economicamente o que precisava de crescer para não regredir em termos dos seus indicadores económicos – onde mesmo a evolução favorável do desemprego não é independente da evolução desfavorável do desemprego, e onde o valor excessivo do endividamento só não é um obstáculo intransponível porque as autoridades monetárias europeias têm criado as condições para um regime de taxas de juro que é favorável aos devedores.

Com estas limitações, que se mantêm há um prazo longo, a possibilidade de uma crise internacional de grande intensidade é um risco muito elevado, a que se deverá procurar responder com uma condução política segura, consciente dos riscos e responsável no modo como se transmite à sociedade o que são as possibilidades políticas efetivas.

O facto de 2019 ser um ano de eleições legislativas poderia ser a oportunidade para um debate objetivo sobre o que o campo de possibilidades de Portugal e sobre o que são os seus interesses estratégicos.

No entanto, os resultados das eleições europeias (com um valor elevado da abstenção e com uma alteração significativa dos cadernos eleitores com a inclusão administrativa dos emigrantes) não revelam mais do que a estabilidade das opções do eleitorado, o que confirma a indicação geral de que não será pela via do eleitorado que se conseguirá obter a reconfiguração do sistema partidário: sem a introdução de novas temáticas no debate político ou sem a evidência de uma crise interna, o eleitorado continuará a escolher o que sempre escolheu, não se mostrando sensível às mudanças no campo internacional e no campo europeu.

Não havendo alteração nos temas de debate nos partidos, na Assembleia da República e nas relações institucionais do Presidente da República com os partidos, a questão central que este segundo trimestre de 2019 colocou no primeiro plano é a da congruência entre maioria aritmética e maioria estratégica.

Uma maioria política pode ser obtida pela mera adição de votos no Parlamento: as medidas de política são aprovadas porque nenhum dos termos da adição tem interesse em sair da soma.

Este tipo de maioria política não gera reformas e inovação: a soma de diferenças pode ser uma maioria, mas não é uma estratégia nem assegura a continuidade no tempo que é essencial para que

Não havendo alteração nos temas de debate nos partidos, na Assembleia da República e nas relações institucionais do Presidente da República com os partidos, a questão central que este segundo trimestre de 2019 colocou no primeiro plano é a da congruência entre maioria aritmética e maioria estratégica



*Quando a maioria aritmética
não é uma maioria
estratégica, não está resolvida
a questão dos fatores de
crescimento.*

*Nada se resolverá enquanto
não se reconhecer que uma
maioria aritmética não é uma
maioria estratégica.*



uma estratégia possa atingir os objetivos que anuncia. Mas para formar uma maioria estratégica é necessário que haja concordância na base de partida (o diagnóstico do que é preciso fazer) e que haja compromisso (formação do acordo) e comprometimento (duração no tempo) para que o caminho escolhido possa ser percorrido ajustando-se às mudanças de circunstâncias que vai encontrar durante a execução do seu programa.

Quando a maioria aritmética não é uma maioria estratégica, não está resolvida a questão dos fatores de crescimento.

É isto que explica que há duas décadas a economia portuguesa esteja estagnada num nível de crescimento muito inferior ao que seria necessário para evitar a divergência com as economias europeias de nível de desenvolvimento equivalente.

Este é o desafio que os dois últimos trimestres irão tornar evidente, o terceiro trimestre com a campanha eleitoral, o quarto trimestre com a análise dos resultados eleitorais.

Nada se resolverá enquanto não se reconhecer que uma maioria aritmética não é uma maioria estratégica.

*O facto de 2019 ser um ano de eleições legislativas
poderia ser a oportunidade para um debate objetivo
sobre o que o campo de possibilidades de Portugal e
sobre o que são os seus interesses estratégicos.*



Perspetiva Económica

PERSPECTIVA INTERNACIONAL

No início do verão, as perspetivas da evolução económica internacional deveriam enquadrar-se num quadro internacional de crescente incerteza em inúmeros domínios. Os fatores de disruptão emergiram, alterando significativamente os diversos contextos e caso os seus efeitos se viesssem a conjugar temporalmente encontrar-nos-íamos numa situação de elevada perplexidade em que muitos cenários seriam possíveis.

Há poucas semanas os próprios mercados e algumas instituições admitiam um possível desanuvamento nas tensões comerciais entre os EUA e China que caso ocorresse configurariam um cenário não tão desordenado comercialmente e umas projeções macroeconómicas com alguma resiliência.



A tensão EUA-Irão poderia escalar provocando, nomeadamente, efeitos geopolíticos, energéticos e económicos de difícil “avaliação”; por seu lado, o controlo do sistema financeiro internacional baseado no dólar vem permitindo à Administração Trump transformar em “armas” a interdependência económico-financeira internacional e criar um ambiente de incerteza quanto às regras do comércio e às cadeias produtivas globalizadas; estas vêm também sendo afetadas com sanções e proibições seletivas que obstam ao comércio, provocam deslocalizações de produções/atividades e inibem o investimento (por outros termos, todo um contexto de “armas de disruptão massiva” na formulação do The Economist ou, ainda, uma forma de “terrorismo económico” para um político iraniano).

“Navegar” económica e comercialmente (e também politicamente) nesta “Nova Desordem Mundial” é crescentemente difícil. De facto, a potência hegemónica está ela mesma a desmantelar a “Velha Ordem”; as instituições e as regras que a tentavam regular estão por isso em crise, e está a ser criado um ambiente de crispação internacional que dificulta ou impede compromissos ou, ainda, ações concertadas.

Neste quadro, as perspetivas económicas configuram-se crescentemente como um exercício “académico” em que a condição “*ceteris paribus*” é uma ficção enganadora.

Há poucas semanas, os próprios mercados e algumas instituições admitiam um possível desanuvamento nas tensões comerciais entre os EUA e China, que caso ocorresse configurariam um cenário não tão desordenado comercialmente e umas projeções macroeconómicas com alguma resiliência. Estas apontavam para uma desaceleração do crescimento internacional em 2019 mas com

melhoria no segundo semestre e viabilizando um crescimento em 2020 ao ritmo de 2018. Contudo, fatores de disruptão emergiram e estão a conduzir ao ambiente de acrescida incerteza e de perplexidade antes referidos. Entre outros, a facão mais “aguerrida” dentro da Administração Trump terá feito prevalecer a questão da segurança como o fator decisivo do *dossier* das negociações impedindo o relacionamento da Huawei com empresas americanas e ocidentais, sinalizando assim que considera esta a altura oportuna para a travagem da expansão tecnológica da China (e encetando uma “guerra tecnológica”).

Por outro lado, a ameaça de imposições de tarifas ao México por causa do fluxo migratório por parte do presidente Trump (que entretanto “recuou/suspendeu” face à pressão interna da sua base de apoio) quando na altura queria ver aprovado no Congresso a renegociação do acordo comercial NAFTA, sinalizava que a palavra/promessa/ acordo com este Presidente não tem grande valor – fator que a China e demais parceiros internacionais terão em devida conta quando encontrarem compromissos ou, mesmo, tiverem que aceitar cedências com os EUA.

Ainda, o escalar das tensões EUA-Irão abre todo um conjunto negativo e perigoso de possibilidades que podem fazer “descarrilar” a economia internacional.

Um dos últimos exercícios de perspetivas macroeconómicas de instituições internacionais de referência era o do Banco Mundial, divulgado nos princípios de Junho.

Nesse exercício (“*ceteris paribus*”), o crescimento internacional desacelerava para a taxa de 2.6% em 2019 (-0.3 p.p. que a anterior projeção da mesma entidade, em Janeiro, e – 0.4 p.p. que o crescimento estimado para 2018) e deveria acelerar ligeiramente para os 2.7% em 2019. A taxa de crescimento avançada para os EUA era de 2.5% em 2019, devendo desacelerar para 1.7% em 2019. A zona euro desaceleraria para 1.2% em 2019 (face a 1.8% em 2018) e aceleraria ligeiramente para 1.4% em 2020. As taxas de crescimento da China seriam de 6.2% em 2019 e de 6.1% em 2020.

Só para se ter uma vaga ideia do que significaria em termos macroeconómicos um escalar do conflito EUA-Irão com disruptões energéticas significativas e sustentadas durante algum tempo no Médio Oriente, há que ter em conta que a China depende em mais de 40% do seu abastecimento de petróleo dessa região... enquanto

os EUA são já o maior produtor mundial de petróleo, além de capacidade de autossuficiência e de exportação energéticas.

Um efeito “colateral” (senão desejado pelos “falcões” da Administração norte-americana) desse escalar seria o “quebrar” da China. Paradoxalmente, quem não está interessado num conflito (mas pode vir a ser arrastado para ele) é o próprio presidente Trump – se as condições macroeconómicas internacionais e norte-americanas não se agravarem tem fortes probabilidades de ser reeleito em 2020; caso se deteriorem, é mais plausível que perca as eleições. E é, porventura, este jogo de probabilidades dereeleição que pode constituir um fator moderador/estabilizador, em particular, nos domínios geopolítico e macroeconómico – Trump quer ser reeleito e sê-lo-á dificilmente num contexto internacional caótico.

Paradoxalmente, quem não está interessado num conflito (mas pode vir a ser arrastado para ele) é o próprio presidente Trump – se as condições macroeconómicas internacionais e norte-americanas não se agravarem tem fortes probabilidades de ser reeleito em 2020.



Conscientes desta deterioração dos contextos económicos (sem ainda terem em conta a consideração dum cenário de conflito militar no Médio Oriente), os bancos centrais norte-americano e da zona euro sinalizaram uma política monetária acomodatícia. O FED, na sua reunião de Junho, deixou de ser “paciente” e admite baixar as taxas de juro do dólar (infletindo a postura de “normalização” da política monetária) – os mercados começaram a antecipar duas baixas das taxas de juro ainda este ano.

Por seu lado, o BCE, também em Junho, (invocando o objetivo de inflação próximo dos 2%) admite vir a recorrer a taxas de juro negativas e recomeçar o QE (*Quantitative Easing*). Caso o BCE recorra a taxas de juro negativas de modo a que a banca comercial tenha também que as praticar nos depósitos de particulares, o aspeto psicológico (e histórico) desta medida não deixará de ser relevante dado o volume populacional envolvido (os conceitos tradicionais de aforro/poupança ficam ainda mais abalados).

Para a evolução da Moeda esta provável medida ocorre quando o Facebook prepara o lançamento da sua moeda digital, a Libra. Atente-se que esta “plataforma” tecnológica tem mais de dois biliões de aderentes e caso consiga ultrapassar os obstáculos de ordem regulamentar que poderes formais e bancos centrais levantarão, o sistema financeiro internacional e, porventura, a própria Moeda (enquanto baseada/suportada em última instância pelo poder político formal, na História moderna), terão sido alterados.

A economia norte-americana vem vivendo um período favorável. No primeiro trimestre o PIB cresceu a uma taxa anualizada de 3.1% e embora as projeções apontem para uma desaceleração correspondente a uma taxa de crescimento média anual em 2019 de 2.5% (versus 2.9% em 2018) e de 1.7% em 2020 a situação no mercado de trabalho deverá acomodar essa desaceleração – a taxa de desemprego situava-se em Maio no nível de 3.6%, o valor mais baixo em cinquenta anos.

Em contraste, o crescimento a zona euro (EZ) deverá – de acordo com as projeções do BCE de Junho – desacelerar em 2019 para uma taxa de 1.2% (versus 1.8% em 2018) e melhorar para 1.4% em 2020.

O mercado de trabalho vem evoluindo positivamente mas não é possível afirmar que o ambiente neste domínio se compare ao do norte-americano – a taxa de desemprego deverá situar-se (de acordo com as referidas projeções do BCE) em 7.7% em 2019 (versus 8.2% em 2018) e baixar ainda para os 7.5% em 2020. Contudo, o próprio BCE afirma que os riscos destas projeções são para o lado negativo considerando a degradação do clima económico internacional (e sem a consideração da hipótese de escalar um conflito no Médio Oriente).

Um dos riscos que se conhece mas que é difícil quantificar para a UE porque ainda não se sabe se e quando ocorrerá continua a ser o Brexit. O UK vem conseguindo adiar a data de saída e a que está agora definida é 31 de Outubro. Contudo, o Brexit “ameça” não só a UE como o próprio UK.



Um dos riscos que se conhece mas que é difícil quantificar para a UE/EZ porque ainda não se sabe se e quando ocorrerá continua a ser o Brexit. O UK vem conseguindo adiar a data de saída e a que está agora definida é 31 de Outubro. Contudo, o Brexit “ameça” não só a UE como o próprio UK. O novo PM, Boris Johnson, não descarta a hipótese de sair nessa data sem acordo (*no deal*) desafiando a vontade do Parlamento e criando assim uma crise constitucional.

Com ou sem acordo, a situação política inglesa é delicada e está fragmentada – os principais partidos estão a sofrer com o processo e o risco de fragmentação do Reino existe: a Escócia pretenderá a independência caso haja saída da UE e o futuro político das Irlandas é uma incógnita.

Ainda, após as eleições europeias, os diversos Estados membros estão a negociar os postos chave das diversas instituições (em consonância com um novo Parlamento mais fragmentado), ocupando tempo político e “desviando-se” do acompanhamento e tomada de decisões no quadro político internacional. A possibilidade de sanções comerciais norte-americanas a produtos ou sectores

europeus não está afastada, e a ocorrer encontrará a UE muito preocupada “domesticamente”.

PERSPECTIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos apresenta-se, neste quadro internacional e europeu, crescentemente complexo.

Em termos económicos (descartando a hipótese antes referida) a possibilidade dum desanuvamento das tensões comerciais internacionais configura-se como remota depois do agravamento das relações comerciais e tecnológicas EUA-China e da ameaça de tarifas ao México numa altura de ratificação dum acordo reformulado pelas próprias exigências norte-americanas.



Naturalmente, na hipótese dum agravamento e do estalar de um conflito no Médio Oriente, as projeções antes referidas para a EZ e consequentemente as que existem para a economia portuguesa são uma mera ficção enganadora. Do ponto de vista político, as questões são também muito delicadas e complexas. Por exemplo, se os EUA se vissem obrigados a pedir ajuda político/militar aos seus aliados(?) europeus.

Em termos económicos (descartando a hipótese antes referida) a possibilidade dum desanuvamento das tensões comerciais internacionais configura-se como remota depois do agravamento das relações comerciais e tecnológicas EUA-China e da ameaça de tarifas ao México numa altura de ratificação dum acordo reformulado pelas próprias exigências norte-americanas.

Pelo contrário, configura-se mais provável um estado permanente e característico de incerteza e instabilidade no sistema financeiro e comercial global (senão mesmo no domínio geopolítico).

Neste contexto, as projeções de crescimento do BCE para a EZ antes referidas (taxa de crescimento de 1.2% para 2019 e uma ligeira melhoria para 1.4% em 2020) até poderão ser relativamente otimistas (atente-se também que estas projeções não contemplam a hipótese de um Brexit “no deal” em 2019).

A economia portuguesa não poderá deixar de refletir a evolução da zona euro mas deverá registar de novo uma convergência. Do lado das contas públicas os compromissos assumidos afiguram-se crescentemente alcançáveis, quer pelos sinais iniciais do ano (o 1º trimestre com um excedente orçamental em 0.4%), quer ainda e sobretudo pela queda das taxas de juro da dívida soberana já ocorrida e provavelmente acentuada se e quando o BCE baixar as taxas de referência.

A variante a este cenário – e excluindo a hipótese relativa ao Médio Oriente – decorre do referido estado permanente e característico de

incerteza no sistema financeiro e comercial global se consubstanciar num “ataque” comercial norte-americano a produtos e sectores europeus. “Ataque” esse já ameaçado (record-se que Trump acusa a UE de ser “*a brutal trading partner*”) mas em período de “tréguas”. Nesta hipótese, a economia portuguesa ressentir-se-á globalmente, mas também sectorialmente, conforme a lista de produtos e sectores afetados.

Nesta variedade de contextos possíveis (que afloram apenas alguns aspetos da complexidade do enquadramento da economia e sociedade portuguesa) importa reafirmar mais uma vez que Portugal deverá tentar saber gerir as suas interdependências.

Porventura, esta tentativa pressupõe que os agentes políticos e sociais dediquem mais atenção ao acompanhamento da evolução político-económica internacional bem como à “revolução tecnológica” que acelera a mudança e torna obsoletas algumas questões que domesticamente assumem ainda relevância quando, de facto, pertencem ao Passado

Nesta variedade de contextos possíveis (que afloram apenas alguns aspetos da complexidade do enquadramento da economia e sociedade portuguesa) importa reafirmar mais uma vez que Portugal deverá tentar saber gerir as suas interdependências.



Sustentabilidade e mitigação de risco nos modelos de produção

A greve dos motoristas de matérias perigosas de Abril de 2019 foi um acontecimento sem precedentes em Portugal – esta greve provocou em todo país, e obviamente na economia, perturbações significativas, ao suspender a distribuição de combustíveis aos postos de abastecimento. Este episódio não só mostrou a vulnerabilidade do nosso sistema de abastecimento como também a dependência energética da economia e da população portuguesa dos combustíveis fósseis.

A ligação entre energia, transportes e economia é, naturalmente, inseparável. A greve de abril, como a preocupação que está a levantar de novo a greve que se encontra anunciada para agosto, demonstra aquilo que já se sabia: Portugal é um país vulnerável, pela dependência não só dos combustíveis fósseis como também de um sistema de distribuição destes combustíveis dependente de um grupo de profissionais que detém, por essa via, um poder de controlo sobre a economia nacional e o bem-estar dos portugueses.



Se a falta de combustível perturbou os portugueses que não puderam utilizar os seus veículos, os vários sectores económicos sofreram consequências importantes. Com efeito, para além dos exemplos de empresas que dependem de combustíveis fósseis para a sua atividade normal – como a ANA, que admitiu restrições às operações nos aeroportos de Faro e Lisboa, ou a Uber, que viu a atividade dos seus motoristas condicionada – outros setores viram a sua atividade paralisada, dada a sua dependência daqueles combustíveis para a própria operação produtiva, como é o exemplo, entre outros possíveis, da Compal, que se viu obrigada a interromper a sua produção em Almeirim.

A ligação entre energia, transportes e economia é, naturalmente, inseparável. A greve de abril, como a preocupação que está a levantar de novo a greve que se encontra anunciada para agosto, demonstra aquilo que já se sabia: Portugal é um país vulnerável, pela dependência não só dos combustíveis fósseis como também de um sistema de distribuição destes combustíveis dependente de um grupo de profissionais que detém, por essa via, um poder de controlo sobre a economia nacional e o bem-estar dos portugueses – facto agravado pela inexistência – à data – de planos de contingência que permitissem à economia portuguesa mitigar o risco e continuar a funcionar mesmo com greves nos transportes de matérias perigosas.

A resposta institucional existente – capacidade legislativa do

governo para decretar uma crise energética. Caso a greve pré-anunciada venha ocorrer e os seus efeitos ameacem o normal funcionamento das instituições e da economia, e dessa forma acionar os dois mecanismos de emergência previstos (convocar militares e civis habilitados para a condução de veículos pesados para compensar a greve e ativar mais rapidamente a Rede de Emergência de Postos de Abastecimento) – é uma resposta de emergência necessária, mas não suficiente para criar uma solução mais definitiva.

Na base, o problema reside na dependência estrutural que Portugal apresenta face à energia de origem fóssil, que além do mais, importa de um pequeno número de países, instáveis e sujeitos a grande pressão e, não raro, turbulência interna.

Na base, o problema reside na dependência estrutural que Portugal apresenta face à energia de origem fóssil, que além do mais, importa de um pequeno número de países, instáveis e sujeitos a grande pressão e, não raro, turbulência interna.



A SaeR tem alertado, desde há vários anos, para esta questão da excessiva dependência do país, não só da energia de origem fóssil (que as medidas de incentivo ao desenvolvimento da exploração de energias renováveis não pôde ainda equilibrar, e ainda menos compensar) como dos seus mercados de importação, fatores que implicam um risco estratégico relevante para o país.

Portugal, possui, e como temos também salientado, excelentes condições para a produção de energia via fontes renováveis, e o desenvolvimento tecnológico tem encontrado soluções produtivas sustentáveis que valerá a pena explorar no contexto da busca de soluções para uma economia com risco disperso e minimizado, permitindo ainda um maior equilíbrio sistémico tornando-a mais sustentável também ambientalmente.

Portugal tem vindo a desenvolver uma política de investimento em energia de fontes renováveis, a nível nacional, com resultados já percetíveis, embora ainda longe da sustentabilidade do sistema, mas também ao nível empresarial existem soluções tecnológicas que podem permitir mitigar o risco energético e ao mesmo tempo reduzir a pegada ecológica e promover maior sustentabilidade na economia.

A dependência da energia fóssil, como recurso limitado, permanece um problema com o qual o setor económico não tem conseguido lidar, apesar das boas exceções que também é possível encontrar, e que validam a orientação estratégica da necessidade de encontrar

novos modelos de negócio e novos modelos de organização produtiva, orientados à sustentabilidade e à mitigação de riscos graves aos quais (como a greve de Abril demonstrou uma vez mais), as empresas nacionais estão expostas.

É assim fundamental compreender que a forma insustentável como ainda utilizamos os recursos fósseis está a contribuir para a aceleração de consequências negativas nos próprios negócios, sendo necessário que as empresas se preparem rapidamente para lidar com uma mudança de paradigma nos seus modelos de produção.

No passado, a utilização intensiva dos recursos fósseis funcionou como catapulta para o desenvolvimento industrial e económico do mundo ocidental.

No mundo em mudança como aquele em que já nos começamos a habituar a viver, e já na era da revolução tecnológica e digital, torna-se necessário rever os paradigmas herdados da revolução industrial, também no que respeita à energia que alimenta a produção e o sistema logístico de que dependem as empresas e a economia nacional.

Trata-se, enfim, da convergência dos dois caminhos: assegurar uma maior sustentabilidade dos modelos de produção e de negócio é uma necessidade coletiva e do planeta, mas também, e no que nos ocupa neste artigo, uma necessidade de cada empresa na busca da sua própria sobrevivência a prazo.



Na edição anterior deste Relatório, chamámos já a atenção para o contributo que as empresas privadas, salvaguardando a sua natureza própria, podem e devem dar para os ODS, a partir, como aí se refere, do “reconhecimento [de] que a procura do lucro e o contributo para o desenvolvimento sustentável deixaram de ser dois mundos separados, para passarem a ser um caminho comum onde os interesses dos investidores privados contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres e para o combate às alterações climáticas”.

A greve de Abril, e já o pré-anúncio de nova edição de greve em agosto, vem reforçar a outra face daquele alerta: a sustentabilidade dos modelos de negócio, onde se incluem naturalmente as opções de abastecimento de energia os modelos de produção, é um fator fundamental para a sustentabilidade das empresas. Trata-se, enfim, da convergência dos dois caminhos: assegurar uma maior sustentabilidade dos modelos de produção e de negócio é uma necessidade coletiva e do planeta, mas também, e no que nos ocupa neste artigo, uma necessidade de cada empresa na busca da sua própria sobrevivência a prazo.

Uma nova visão portuária: Portos Sustentáveis, uma nova aproximação ao desenvolvimento

Quando falamos de portos sustentáveis, referimo-nos a portos ecológicos, que visam incentivar o processo tecnológico, através de energias renováveis e reciclagem, de forma a proteger a biodiversidade e a vida marinha, mas também nos referimos a locais com uma educação inclusiva, sem distinção de género, num ambiente pacífico, e justo, e que prosseguem obrigatoriamente as suas atividades económicas geradoras de riqueza para os próprios, mas também para o ecossistema territorial no qual estão inseridos..



O presidente da *International Association of Ports and Harbors* (IAPH), Santiago Milà, afirmou no 3º fórum de Cooperação Internacional de Portos da Rota Marítima da Seda, que decorreu na cidade chinesa Ningbo, em julho de 2017, que o principal objetivo dos portos é incrementar a economia de um país. Por isso e sobretudo para um país geoestrategicamente posicionado como Portugal é fundamental que os portos sejam mais eficientes, tanto a nível administrativo como ambiental.

Milà aponta três pilares para incrementar o papel dos portos: social, económico e ambiental. Independentemente da maior relevância que se tem dado ao meio ambiente, nos últimos anos, para um porto ser sustentável: é necessário juntar um bom desenvolvimento económico e social.

Por outro lado, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 da ONU sublinham, também esta postura face à sustentabilidade – que a SaeR tem vindo a acompanhar – ao incentivar os Estados a trabalhar em conjunto em prol de objetivos comuns como, por exemplo, a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de género, o combate às alterações climáticas (e mitigação dos seus efeitos) e o incentivo ao crescimento de cidades sustentáveis.

Desta forma, desenvolvimento sustentável não se entende apenas como ecológico, mas também como justo, quanto à igualdade de oportunidades, de educação, de género e de trabalho, tanto nas regiões subdesenvolvidas como nas desenvolvidas, através do crescimento económico e promovendo o incremento tecnológico e social.

Portanto, quando falamos de portos sustentáveis, referimo-nos a portos ecológicos, que visam incentivar o processo tecnológico, através de energias renováveis e reciclagem, de forma a proteger a

O objetivo da AIVP não é criar um modelo de porto isolado do contexto territorial no qual se encontra, pelo contrário, interessa-lhe sobretudo enquadrar a individualidade do porto na identidade de cada cidade, criando pontes entre porto e cidade que potenciem complementaridades, e crie ou reforce sinergias, que permitirão o desenvolvimento holisticamente sustentável.



biodiversidade e a vida marinha, mas também nos referimos a locais com uma educação inclusiva, sem distinção de género, num ambiente pacífico, e justo, e que prosseguem obrigatoriamente as suas atividades económicas geradoras de riqueza para os próprios, mas também para o ecossistema territorial no qual estão inseridos.

Com o objetivo principal de incentivar a criação de portos sustentáveis, que possam responder às novas necessidades ambientais, muitas Organizações Internacionais criaram projetos baseados nos 17 ODS.

Neste contexto, e através de processos de gestão e de planos territoriais, mas também interação entre diversas entidades, a francesa *Association Internationale Ville et Ports* (AIVP), desenvolveu e lançou a sua Agenda 2030, na qual estabelece 10 objetivos sustentáveis ligados aos ODS.

Fig: AIVP 10 goals

01 CLIMATE CHANGE ADAPTATION Preparing city ports for the consequences of climate change	02 ENERGY TRANSITION & CIRCULAR ECONOMY Innovative sustainable energy and industry for city port territories	03 SUSTAINABLE MOBILITY Finding new mobility connecting city and port
04 RENEWED GOVERNANCE Using innovative governance for sustainable port cities	05 INVESTING IN HUMAN CAPITAL Human capital for port and social development	06 PORT CULTURE & IDENTITY Local port identity as a key asset for sustainable relationship
07 QUALITY FOOD FOR ALL City ports are crucial for sustainable food distribution	08 PORT CITY INTERFACE Port city interface is a resource to mix different programs	09 HEALTH & LIFE QUALITY Having good living conditions a priority for the city port
10 PROTECTING BIODIVERSITY City port biodiversity must be preserved and protected		

Fonte: www.aivpagenda2030.com

Estes 10 objetivos da AIVP devem ser entendidos como uma proposta de criação de uma dinâmica de transformação das cidades portuárias em cidades sustentáveis ao mesmo tempo que oferece aos portos um leque alargado de possibilidades que permitem a cada porto desenvolver o seu projeto com uma visão própria, mantendo a sua singularidade, adotando medidas que lhe possam permitir criar uma interação entre diversos tipos de interesses, tornando-se o porto, cada vez mais, uma parte integrante da cidade, contribuindo assim para a tornar mais atrativa ao nível económico, aproximando de si os cidadãos, com oportunidades de trabalho e formas de entretenimento.

Nesta conceção de porto e de cidade, e seguindo aquilo que alguns portos têm vindo a experimentar nos últimos anos, o binómio porto-cidade desaparece, e a cidade é vista na sua unidade – o porto é uma parte que completa a cidade, ao nível económico, social, cultural e ambiental. Neste contexto, os 10 objetivos da AIVP devem servir para indicar o processo de aproximação de forma sustentável.



Desta forma, o objetivo da AIVP não é criar um modelo de porto isolado do contexto territorial no qual se encontra, pelo contrário, interessa-lhe sobretudo enquadrar a individualidade do porto na identidade de cada cidade, criando pontes entre porto e cidade que potenciem complementaridades, e crie ou reforce sinergias, que permitirão o desenvolvimento holisticamente sustentável.

Como referido, os ODS debruçam-se sobre questões ambientais, tecnológicas e tentam promover uma vida justa. Os 10 objetivos da AIVP estão ligados a estes princípios. Em primeiro lugar, através da adaptação às alterações climáticas, promovendo o uso de energias renováveis e a economia circular proporcionando, por exemplo, sistemas de reciclagem, de forma a proteger a biodiversidade e melhorar o nível de vida e a saúde dos seres humanos; em segundo lugar, através de uma liderança mais ativa, quanto a políticas ambientais, que possa incentivar uma maior mobilidade entre o porto e a cidade, com equipas de técnicos especializados no setor.

Nesta conceção de porto e de cidade, e seguindo aquilo que alguns portos têm vindo a experimentar nos últimos anos, o binómio porto-cidade desaparece, e a cidade é vista na sua unidade – o porto é uma parte que completa a cidade, ao nível económico, social, cultural e ambiental. Neste contexto, os 10 objetivos da AIVP devem servir para indicar o processo de aproximação de forma sustentável.

Outras organizações internacionais desenvolveram projetos e planos de ação baseados na Agenda 2030 ou inspirados nos mesmos, sendo que, independentemente de não terem como objetivo principal

Desta forma, o setor portuário é chamado a contribuir com a sua parte para a concretização dos 17 ODS, e desafiado a honrar os “10 objetivos da AIVP” para que as cidades sejam sustentáveis quer ao nível ecológico quer no que respeita ao desenvolvimento económico e às oportunidades de trabalho que oferecem, nomeadamente nas atividades portuárias e suas atividades complementares.



aproximar o porto e a cidade, através das medidas adotadas a junção dá-se indiretamente.

Um exemplo é a *International Maritime Organization* (IMO), que a partir de 2020, terá como objetivo diminuir as emissões tóxicas provenientes dos combustíveis das embarcações. O objetivo será reduzir as emissões de dióxido de enxofre (SO_2), nas áreas sob a supervisão da IMO, de 3,50% para 0,50%. Desta forma, o projeto “Sulphur 2020” prevê benefícios, quer para o meio ambiente, quer para os indivíduos, propondo a substituição do uso das baterias dos navios, quando em porto, pelo abastecimento a partir de terra (*Onshore Power Supply*), evitando dessa forma o consumo de combustível e a produção de CO_2 , tornando o processo de carga e descarga menos poluente e reduzindo a quantidade de combustível consumida pelos navios.

Também a *European Sea Port Organization* (ESPO), que pretende criar um diálogo entre várias entidades portuárias e marítimas ao nível europeu, tem vindo a apresentar como preocupações centrais dos portos europeus questões ligadas à qualidade do seu desempenho ambiental, nomeadamente preocupações face à qualidade do ar, a quantidade da energia consumida e o nível de ruído emitido, sendo que, desde 2013, a preocupação maior nos portos foi precisamente a qualidade do ar. As preocupações reportadas tornam-se prioridades comuns que incentivam uma maior colaboração para melhorar o desempenho dos portos nestas áreas.

O setor portuário, chamado a contribuir com a sua parte para a concretização dos 17 ODS, vem sendo desafiado de várias forma a incorporar um novo conceito de desenvolvimento e crescimento mais integrado e consistente com as tendências de desenvolvimento que se desenham para o setor para as próximas décadas, pelo menos no contexto europeu.

O diálogo e integração no seu modelo de negócio da relação porto/cidade/ população/ ambiente é uma tendência de desenvolvimento que parece estar a consolidar-se e à qual os portos nacionais não devem permanecer alheios.

São ainda pouco os portos que desenvolveram projetos de sustentabilidade e certificações enquanto portos sustentáveis, e nenhum deles subscreveu a agenda AIVP para um desenvolvimento

integrado com as cidades nas quais se encontram. Os próprios modelos de governança refletem ainda na sua maioria a permanência de um modelo isolacionista, com pouca presença e participação das comunidades portuárias e mantendo o negócio portuário distanciado de preocupações holísticas como aquelas para as quais a agenda 2030 da AIVP chama a atenção.

Independentemente de a opção sustentável exigir alterações às estruturas empresariais e também às estruturas conceptuais dos decisores, a tendência de médio e longo prazo na Europa parece ser clara e desafiante para os portos e as cidades portuárias: a opção por modelos integrados e holísticos de desenvolvimento, integrando não apenas o desenvolvimento do negócio em si mesmo, mas um desenvolvimento mais equilibrado e sustentado, enraizado no território, permitindo o crescimento do negócio a partir da inovação tecnológica e organizacional, do encontro de estruturas mais equitativas e justas socialmente, e de práticas ambientalmente mais sustentáveis.

A tendência de médio e longo prazo na Europa parece ser clara e desafiante para os portos e as cidades portuárias: a opção por modelos integrados de desenvolvimento onde porto e cidade se encontram e desenvolvem planos de crescimento conjunto, promovendo melhor economia, melhor sociedade e melhor ambiente.

